

13/08/2008**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS**

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECORRENTE(S) : **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**
ADVOGADO(A/S) : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**
RECORRIDO(A/S) : **MILENA BATISTA DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)**
ADVOGADO(A/S) : **JOSÉ CARLOS GOBBI E OUTRO(A/S)**

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. ESTABELECIMENTO OFICIAL. COBRANÇA DE TAXA DE MATRÍCULA. INADMISSIBILIDADE. EXAÇÃO JULGADA INCONSTITUCIONAL.

I - A cobrança de matrícula como requisito para que o estudante possa cursar universidade federal viola o art. 206, IV, da Constituição.

II - Embora configure ato burocrático, a matrícula constitui formalidade essencial para que o aluno tenha acesso à educação superior.

III - As disposições normativas que integram a Seção I, do Capítulo III, do Título VIII, da Carta Magna devem ser interpretadas à dos princípios explicitados no art. 205, que configuram o núcleo axiológico que norteia o sistema de ensino brasileiro.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria e nos termos do voto do Relator, negar provimento ao recurso, vencidos a Senhora Ministra Cármen Lúcia, os Senhores Ministros Eros Grau, Celso de Mello e o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Brasília, 13 de agosto de 2008.

RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR



13/08/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS


RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECORRENTE(S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
ADVOGADO(A/S) : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO(A/S) : MILENA BATISTA DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ CARLOS GOBBI E OUTRO(A/S)

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: - Trata-se de recurso extraordinário interposto pela Universidade Federal de Minas Gerais contra acórdão da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, com base no art. 206, IV, da Constituição Federal, entendeu ser inconstitucional a cobrança, mediante resolução, de uma "taxa de matrícula" de seus estudantes, cujos recursos seriam destinados a programa de assistência para "alunos de baixa condição sócio-econômica-cultural".

Neste RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição Federal, a recorrente alega violação ao art. 206, IV, da mesma Carta.

Sustenta, em apertada síntese, que a decisão recorrida baseou-se, unicamente, no inc. IV do art. 206 da Carta Magna, deixando de levar em conta os demais dispositivos constitucionais aplicáveis à espécie.



RE 536.754 / MG

Alega, ainda, que cabe à sociedade contribuir para que se concretize a gratuidade do ensino - restrita, segundo entende, ao ensino fundamental -, de modo a criar condições para a sua extensão aos demais níveis de ensino.

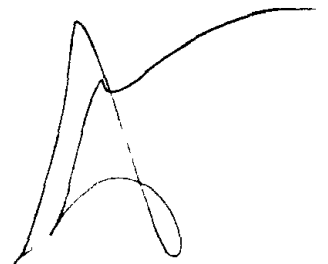
Consigna, por fim, que a exação contestada não consubstancia uma taxa em sentido estrito, configurando, na realidade, um preço público, razão pela qual não se sujeita às limitações constitucionais relativas aos tributos.

Não foram apresentadas contra-razões (fl. 156-v).

Deixei de remeter o processo ao Procurador-Geral da República em razão já tê-lo feito em outro caso idêntico, no qual o parecer do Ministério Público Federal foi no sentido do desprovimento do recurso (RE 542.422/MG, de minha relatoria).

Em 15/2/2008, o Ministro Menezes Direito, no RE 567.801/MG, submeteu à Corte manifestação no sentido da existência de repercussão geral do tema constitucional debatido no processo, idêntico ao tratado no presente RE, a qual foi por ela acolhida.

É o relatório.



13/08/2008

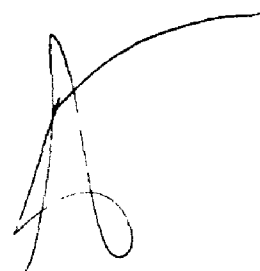
TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAISV O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): O acórdão recorrido concluiu que a cobrança de uma taxa de matrícula dos estudantes da Universidade fere o disposto no art. 206, IV, da Constituição, que estabelece a "*gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais*".

A recorrente, inconformada, alega em essência que o referido dispositivo constitucional não pode ser interpretado isoladamente, eis que demanda cotejo com os arts. 205, 206, I, 208, VII, e 212, § 3º. Com tal argumento, pretende demonstrar a legitimidade da exação que cobra de seus alunos.

Embora esteja correta a recorrente no tocante à necessidade de proceder-se a uma interpretação sistemática dos citados dispositivos da Carta Magna, a conclusão a que se chega, com o emprego dessa técnica hermenêutica, é diametralmente oposta à pretensão que veicula nas razões recursais.



RE 536.754 / MG

De fato, como assenta Luís Roberto Barroso, uma Constituição "não é um conjunto de normas justapostas, mas um sistema normativo fundado em determinadas idéias que configuram um núcleo irreduzível, condicionante da inteligência de qualquer de suas partes".¹ E essas idéias possuem uma determinada gênese histórica, cuja compreensão é essencial para a correta exegese de seus preceitos, sobretudo no campo dos direitos fundamentais.

Sim, porque, de acordo com Norberto Bobbio, "os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas".²

O direito fundamental à educação, discutido neste RE, como assentei alhures, constitui um direito de "segunda geração".³ Integra os chamados "direitos econômicos, sociais e culturais", que resultaram das lutas populares desencadeadas a partir do século XIX, sob o acicate das contradições inerentes à Revolução

¹ BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 196.

² BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2004, p. 25.

³ Cf. sobre o tema LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *Formação da Doutrina dos Direitos Humanos*. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, vol. 98, 2003.

RE 536.754 / MG

Industrial. As péssimas condições de vida em que vivia a classe operária à época desencadearam um surto de greves, agitações e rebeliões por toda a Europa.

Nesse contexto, a crescente pressão das massas forçou o Estado a abandonar a posição de mero espectador passivo dos conflitos sociais, na qual havia sido colocado pelos pensadores do liberalismo clássico, obrigando-o a atuar ativamente na busca de soluções para os problemas da comunidade.

As mazelas do novo sistema econômico engendrado pela Revolução Industrial revelaram ao mundo um novo tipo de homem, o homem real, situado, distante daquele homem natural concebido pelos iluministas, titular de direitos eternos e imutáveis, em verdade barreiras jurídicas erigidas contra o arbítrio do Estado. O indivíduo abstrato do passado cedeu, então, lugar ao homem concreto do presente, compreendido em suas circunstâncias pessoais e, sobretudo, em suas carências materiais.

Obrigado a renunciar à tradicional postura abstencionista, o Estado passou a adotar uma atitude proativa no tocante às questões sociais, conferindo ao indivíduo, enquanto membro da coletividade, um novo conjunto de direitos, com destaque



RE 536.754 / MG

para o direito ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, e ao amparo no desemprego, na doença, na velhice, na invalidez e na morte.

A partir daquela quadra histórica, os direitos econômicos, sociais e culturais passaram a integrar as constituições promulgadas no bojo das revoluções liberais-burguesas desencadeadas no século XVIII, bem como os tratados e convenções internacionais elaborados na centúria passada, ao lado dos direitos individuais, de "primeira geração", também conhecidos como "direitos civis e políticos", dentre os quais sobressaem o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à participação na gestão da coisa pública.

Interessantemente, lembra Bobbio, enquanto estes últimos "nascem contra o superpoder do Estado", aqueles "exigem para sua realização prática, ou seja, para a passagem da declaração puramente verbal à sua proteção efetiva, precisamente o contrário, isto é, a ampliação dos poderes do Estado".⁴

A vigente Carta Magna positivou o direito à educação, retirando-o do limbo destinado às obrigações genéricas do Estado

⁴ Op. cit., p. 87.

RE 536.754 / MG

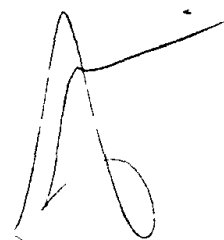
para com a cidadania. No dizer de José Afonso da Silva ela guindou "a educação ao nível dos direitos fundamentais do homem, quando a concebe como um direito social (art. 6º) e direito de todos (art. 205), que, informado pelo princípio da universalidade, tem que ser comum a todos". ⁵

A educação, com efeito, mereceu especial relevo no texto magno, configurando, a teor do art. 205, não apenas um direito de todos, mas um dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Ela visa, segundo estabelece o artigo em tela, ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Isso exige, segundo o citado mestre da Universidade de São Paulo, "que o Poder Público organize os sistemas de ensino público, para cumprir com o seu dever constitucional para com a educação, mediante prestações estatais que garantam, no mínimo, os serviços consignados no art. 208". ⁶

⁵ SILVA, José Afonso da. *Comentário Contextual à Constituição*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 785.

⁶ *Idem*, loc. cit.



RE 536.754 / MG

Para tanto, completa, "o Estado tem que se aparelhar para fornecer, a todos, os serviços educacionais, oferecer ensino, de acordo com os princípios e objetivos estatuídos na Constituição". ⁷

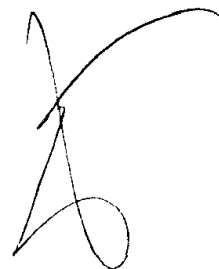
As normas constitucionais que tratam da educação, acrescenta, "tem, ainda, o significado jurídico de elevar a educação à categoria de serviço público essencial, que ao Poder Público impende possibilitar a todos". ⁸

Não colhe, pois, o argumento da recorrente, calcado numa exegese restritiva do art. 208 da Lei Maior, segundo o qual a obrigação do Estado no concernente à gratuidade da educação estaria restrita ao ensino fundamental obrigatório, e que, com relação ao ensino médio, ela quedaria circunscrita à garantia de sua progressiva universalização. E ainda: que o dever do Estado, quanto aos níveis mais elevados de ensino, limitar-se-ia a assegurar o acesso aos mesmos segundo a capacidade de cada um.

A rigor, o disposto no art. 208, longe de consubstanciar uma limitação à educação gratuita, em verdade assinala ao Estado a obrigação de manter uma estrutura institucional que permita aq

⁷ *Idem*, loc. cit.

⁸ *Idem*, loc. cit.



RE 536.754 / MG

cidadão comum, tenha ou não recursos financeiros, o acesso ao ensino superior, em seus vários níveis, da graduação à pós-graduação, ministrado em estabelecimentos oficiais, tendo como única limitação a sua competência intelectual.

Além disso, a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, conforme se lê no *caput* do art. 206, IV, configura um princípio. Um princípio que não encontra qualquer limitação, no tocante aos distintos graus de formação acadêmica. A sua exegese, pois, deve amoldar-se ao vetusto brocardo latino "*ubi lex non distinguit, nec interpres distinguere debet*", ou seja, onde a lei não distingue, não é dado ao intérprete fazê-lo.

Esse princípio, ademais, deve ser conjugado com aquele abrigado no inciso I do mesmo artigo, que expressa a "*igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*". E o acesso à educação, em condições igualitárias, nas palavras do Ministro Celso de Mello, proferidas em sede doutrinária, "*é uma das formas de realização concreta do ideal democrático*".⁹

Por essa razão, assinala o mencionado José Afonso da Silva, "*compete ao Poder Público, desde a pré-escola, ou até*

⁹ MELLO FILHO, José Celso de. *Constituição Federal Anotada*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 533.

RE 536.754 / MG

antes, proporcionar, aos alunos carentes, condições de igualização, para que possam concorrer com os abastados em igualdade de situação".¹⁰

É também o que pensa Dalmo de Abreu Dallari, o qual assevera, em linguagem contundente, que se "não forem dadas oportunidades iguais para todos, pelo menos desde o instante do nascimento, a proclamação constitucional de igualdade será apenas um formalismo hipócrita, mascarando uma desigualdade de fato".¹¹

Trata-se, como observa Fábio Konder Comparato, de colocar em prática a "justiça proporcional ou distributiva", que tem como objetivo "instaurar a igualdade de condições de vida", cuja concretização "só pode realizar-se por meio de políticas públicas ou programas de ação governamental". E uma das políticas públicas mais eficientes para alcançar esse desiderato, como comprova a experiência dos países desenvolvidos, é precisamente a promoção do ensino público gratuito, da pré-escola à universidade.

O art. 206 da Carta Magna, como ressaltado acima, reveste-se de um caráter eminentemente principiológico, eis que

¹⁰ SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 30ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 844.

¹¹ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Constituição e Constituinte*. São Paulo, 1982, p. 28

RE 536.754 / MG

enuncia os postulados que devem nortear o ensino no País. A propósito, convém recordar a sempre válida lição de Celso Antonio Bandeira de Mello segundo a qual princípio "é, por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico". ¹²

Exatamente por isso, ou seja, por configurar o núcleo axiológico do sistema de ensino brasileiro, é que todas as disposições normativas que integram a Seção I, do Capítulo III, do Título VIII, da Constituição devem ser interpretadas à luz daquele marco principiológico, inclusive e especialmente o que se contém no inc. V do art. 208.

Não se olvide, de resto, que a Lei Maior franqueia o ensino à iniciativa privada, mas sempre em caráter subsidiário ao sistema público, e mediante condições que explicita, mesmo porque a opção preferencial do legislador constituinte, ao consignar que

¹² MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Elementos de Direito Administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980, p. 230.



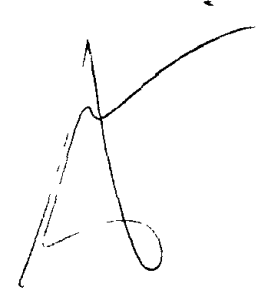
RE 536.754 / MG

a educação é um direito de todos, foi, claramente, pelo ensino oficial.

Dado o seu caráter supletivo, nada impede que o ensino privado seja estruturado como empreendimento econômico, e até busque o lucro no exercício dessa atividade, desde que cumpra as normas gerais da educação nacional e se submeta à autorização e avaliação de qualidade pelo poder público, nos termos do art. 209, I e II, da Constituição.

O que não se mostra factível, do ponto de vista constitucional, é que as universidades públicas, integralmente mantidas pelo Estado, criem obstáculos de natureza financeira para o acesso dos estudantes aos cursos que ministram, ainda que de pequena expressão econômica, a pretexto de subsidiar alunos carentes, como ocorre no caso dos autos.

Vale lembrar que, no julgamento da ADI 2.643-7/RN, o Ministro Joaquim Barbosa, ao longo dos debates orais, embora referindo-se à taxa de vestibular, objeto daquela ação, e não à taxa de matrícula, fulcro do presente recurso, bem identificou a transcendência dos valores em causa, pronunciando-se conforme segue:



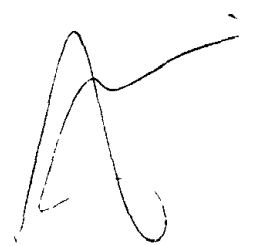
RE 536.754 / MG

"(...) exigências como a cobrança de taxa têm o efeito devastador de promover uma verdadeira triagem social, baseada na renda. E o que temos ao cabo de tudo isso? Um ensino público superior elitizado, acessível predominantemente, pelo menos nos cursos de maior prestígio, pelas classes sociais detentoras de maior poder aquisitivo, que ainda por cima não pagam um único centavo por esse ensino".

Consciente dessa realidade, o legislador constituinte, inequivocamente, buscou criar instrumentos para superar a inaceitável desigualdade de acesso à educação por parte das camadas mais pobres da população, em especial ao ensino superior de qualidade, dentre os quais se destaca, por sua eficácia direta e imediata, a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais.

Não se afigura razoável, ademais, que se cobre uma taxa de matrícula dos estudantes das universidades públicas, em especial das federais, visto que Constituição, no art. 212, determina à União, que aplique, anualmente, nunca menos de 18% da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

o art. 70, V, VI e VIII, da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, por sua vez, explicita

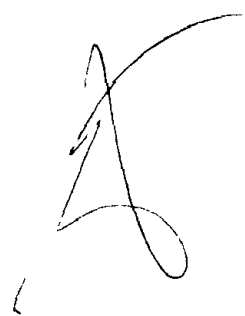


RE 536.754 / MG

que são consideradas "como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a (...) realização de atividades-meio; concessão de bolsas de estudos (...); aquisição de material didático-escolar e manutenção de transporte escolar" (grifei).

Como se vê, a Constituição e a Lei asseguraram às universidades públicas os recursos necessários para a consecução de seus fins, inclusive para o eventual amparo de estudantes necessitados, providência que a recorrente busca levar a efeito mediante a cobrança da taxa de matrícula aqui impugnada.

Ora, caso se admitisse como válida a tese da recorrente no sentido de que cumpre à sociedade compartilhar com o Estado os ônus do ensino ministrado em estabelecimentos oficiais e da manutenção de seus alunos, esta teria de contribuir duplamente para a subsistência desse serviço público essencial: uma vez por meio do recolhimento dos impostos e outra mediante o pagamento das taxas de matrícula.

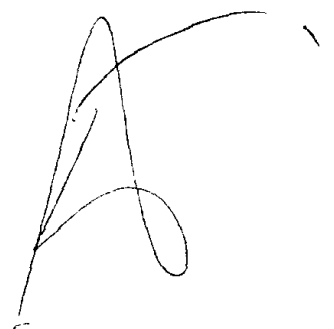


RE 536.754 / MG

Não se argumente, por outro lado, como fazem alguns, com a autonomia administrativa, financeira e patrimonial que a Carta Magna, no art. 207, assegura às universidades, ao lado da autonomia didático-científica. É que, como corretamente afirmou o Ministro Carlos Ayres Britto, no julgamento da já citada ADI 2.643-7/RN, "*quando a Constituição fala de autonomia (...) é preciso distinguir entre autonomia para gerir seus próprios recursos, autonomia de gestão, e autonomia para defini-los*".

Entendo, por fim, ser desnecessário analisar-se a natureza jurídica da exação cobrada pela recorrente, se configura preço público ou taxa, no sentido de tributo, pois, seja qual for o seu caráter, ela cria óbice indevido ao princípio constitucional do ensino público gratuito nos estabelecimentos oficiais, sobretudo porque a matrícula, embora constitua ato meramente burocrático, consubstancia uma formalidade essencial para o ingresso dos estudantes na Universidade.

Isso posto, pelo meu voto nego provimento ao recurso.



13/08/2008**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS**

À revisão de apartes dos Srs. Ministros Menezes
Direito e Ricardo Lewandowski (Relator).

EXPLICAÇÃO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Eu gostaria de observar que a matéria foi objeto de reconhecimento de repercussão geral no RE nº 567.801. Aqui, há um fenômeno de objetivação do recurso extraordinário.



O SR. MINISTRO MENEZES DIREITO - Senhor Presidente, esse processo de repercussão geral foi da minha relatoria no Recurso Extraordinário nº 567.801, de Minas Gerais. Nós julgamos que haveria repercussão geral, e ele foi publicado. Depois, por uma questão da informática, essa publicação foi invalidada. O Ministro Ricardo Lewandowski, com sua habitual gentileza, me telefonou perguntando se poderia colocar em pauta um extraordinário que já estava pronto com relação ao mesmo tema. Eu, imediatamente, achei que era de interesse da Corte julgarmos essa matéria. Daí por que vamos julgar este extraordinário.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Eu ia exatamente fazer menção a esse fato. O eminente Ministro Carlos Alberto Direito, com sua generosidade e elevado espírito público, acedeu a que eu pudesse trazer este RE a julgamento hoje, embora tenha sido Sua Excelência que apontou a repercussão geral do tema.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - E nós temos outros recursos extraordinários similares: 542.422, 536.744, 536.754, 526.512, 543.163, 510.378, 542.594, 510.735, 511.222, 542.646 e 562.779.



13/08/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Senhor Presidente, Senhores Ministros, esta questão é recorrente. Quem trabalha na área de educação sabe perfeitamente bem que de tempos em tempos procura-se impor a possibilidade de cobrança de taxas nas universidades públicas. E a alegação é sempre aquela da carência de recursos do Estado para a manutenção de um ensino de qualidade. E, em seguida, a alegação substantiva de que as vagas nas universidades públicas são preenchidas, em grande parte, por pessoas que não deixam de ter recursos para freqüentar as universidades particulares. Essa é, como disse e insisto, uma alegação recorrente.

Mas, ao meu sentir, se põe uma questão jurídica, que é superior à questão histórica ou à questão doutrinária sobre o direito à educação como dever do Estado, como posto na Constituição da República, e não nesta, mas em todas as anteriores. Ou seja, numa palavra, sempre se reconheceu que a educação é um dever do Estado e sempre se pôs na Constituição o comando de como esse dever do Estado seria efetivado. Mas, a meu ver, o que temos de examinar é se a disciplina constitucional como está, para utilizar uma expressão tão ao gosto de nosso queridíssimo colega, Ministro **Marco Aurélio**, "do direito posto", permite uma interpretação capaz de autorizar a cobrança de taxas de matrícula. Nós sabemos que existem diversos precedentes, seja nos Tribunais estaduais, seja nos Tribunais Regionais Federais, que examinaram essa matéria, não apenas com relação à taxa de matrícula, mas também com relação, por exemplo, à taxa de inscrição para o vestibular.

A Constituição brasileira, no artigo 206, IV, tem um princípio que é absolutamente consagrado em todas as constituições brasileiras, que é o de que o ensino público, nos estabelecimentos oficiais, é gratuito. Essa é a regra da Constituição. A Constituição explicita isso de modo absoluto. O que se procura fazer? Procura-se conjugar esta obrigação da gratuidade do ensino público nos

minh

RE 536.754 / MG

estabelecimentos oficiais, portanto, com uma pretensa gradação que estaria agasalhada no artigo 208, que cuida especificamente da efetivação da educação como dever do Estado, e que faz referência, desde logo, ao ensino fundamental como obrigatório e gratuito, e não teria feito a mesma referência, seja com relação ao ensino médio seja com relação ao ensino universitário. E, aí, se pretende dizer que essa obrigatoriedade de gratuidade alcançaria apenas o ensino fundamental; o ensino básico e os outros níveis de ensino seriam alargados com a gratuidade na medida em que fosse possível.

Com todo respeito àqueles que entendem dessa maneira, eu não consigo enxergar de que modo seja possível vencer o comando constitucional, que é expresso no princípio de que a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais é uma regra da Constituição brasileira. Não há como esta Suprema Corte, pelo menos na minha avaliação, respeitando desde logo eventuais entendimentos em contrário, admitir exceção a esse princípio. Se se quer fazer a cobrança de taxas de matrícula nas universidades oficiais, que se mude a Constituição e que se autorize expressamente a cobrança de taxas nos estabelecimento oficiais. O que não me parece possível é, por via de interpretação, quebrar a estrutura do princípio. E não se diga que há essa diferenciação quanto ao princípio, porque ela existe quanto aos recursos disponíveis. Tanto isso é assim, que, se formos examinar as diversas emendas constitucionais, desde a Emenda nº 14 até a Emenda nº 53, por exemplo, vamos verificar que para o ensino fundamental existe um acréscimo, um adicional de recursos, ora proveniente do salário-educação, ora proveniente do remanejamento orçamentário, sem falar na vinculação excepcional que a própria Constituição deu no que concerne à educação.

Portanto, não existe, pelo menos na minha compreensão, nenhuma possibilidade de nós autorizarmos a cobrança de taxas de matrícula, que é uma vedação de acesso, porque há pessoas que não podem pagar essa taxa, quando a própria Constituição assegura que, nos estabelecimentos oficiais, o ensino é gratuito. Ora, se o ensino é gratuito, evidentemente que a cobrança de taxas é vedada pela própria Constituição.

Essas são as razões, resumidamente, pelas quais eu subscrevo integralmente o voto do eminente Ministro **Ricardo Lewandowski**, que nos brindou com tão lúcidas colocações, para também negar provimento ao recurso extraordinário.

13/08/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, ponho-me inteiramente de acordo com o que foi dito agora pelo eminente Ministro Menezes Direito, rigorosamente quanto à beleza do voto do Ministro Lewandowski. Aliás, subscrevo inteiramente várias das passagens, mas para chegar à conclusão, com as vênias do eminente Ministro Menezes Direito, em sentido contrário.


Só para chamar a atenção quanto ao que foi dito pela Universidade Federal de Minas Gerais, de que tenho algum conhecimento, já que à tribuna assomou exatamente aquele que representava o recurso extraordinário de que é parte essa instituição, criada em 1927. Em 1929, o primeiro Reitor, Mendes Pimentel, estabeleceu exatamente o que se chamou de taxa, na verdade um preço, para que as pessoas que não pudessem ter acesso à educação superior tivessem acesso a algumas bolsas que foram dadas a partir de então. E são dadas até hoje a tal ponto - penso que não estou fazendo afirmativa alguma que não pudesse ser feita, porque já foi feita em público, em outras ocasiões - que o atual reitor valeu-se dessas bolsas e pôde cursar a universidade exatamente com

Supremo Tribunal Federal

RE 536.754 / MG

apoio no aporte trazido e que não entra no caixa da Universidade; ele é destinado exclusivamente a isso.

Quando eu disse, Ministro Lewandowski, que subscreveria integralmente o belíssimo voto de Vossa Excelência, além da beleza formal pelo ponto de vista, é porque o princípio da solidariedade, que está na base da educação, nos termos constitucionalmente estabelecidos, basicamente no art. 206, quando fala do incentivo da sociedade, é exatamente o que leva a própria sociedade a comparecer. A meu ver, nisso não se quebra tudo aquilo que foi posto por Vossa Excelência relativamente à gratuidade, porque o ônus de uma universidade quando se tem que por ela pagar, na formulação do que é um ensino superior, realmente não se contém naquela prescrição.

Ademais, foi dito também por Vossa Excelência, aliás, com citações brilhantes, que é um direito fundamental à educação e que todo mundo tem acesso com igualdade. Este Supremo Tribunal já julgou, em inúmeras ocasiões, que quem não pode pagar fica isento e que a cobrança dessas taxas é exatamente para garantir a universalidade. O ensino superior no Brasil ainda está muito longe dessa universalidade, mesmo que não haja o pagamento de taxas, uma vez que nós fizemos vestibulares e, provavelmente, a geração que vem depois de nós continuará fazendo, porque não há vagas para todos. 

Portanto, não há essa universalidade. E, quando o Ministro Menezes Direito chama a atenção para o fato de que se tem que pagar esse serviço realmente com os impostos do Estado - e estou de acordo -, nem por isso se dispensa que quem mais recebe pode contribuir muito mais. Neste caso, entendo que o princípio da solidariedade, quanto mais num direito fundamentalíssimo, como é este da educação, que garante não apenas a liberdade, mas a libertação das pessoas de uma para outra condição, deixa de ser formal quando a sociedade comparece.

Chamaria a atenção para mais um detalhe: a educação é um serviço público essencial, ao qual todos têm direito, e tudo aquilo que recebemos são também deveres - escutei isso a vida inteira. Eu tive também acesso às escolas públicas; quanto mais se recebe mais se deve e se deve exatamente a outrem. E eu não vejo incompatibilidade alguma disso com o que está posto na Constituição.

Portanto, os fundamentos seriam exatamente os mesmos. Apenas entendo que, neste caso, não há incompatibilidade nesta cobrança. E quando citei o caso da Universidade Federal, era exatamente para dizer que - é fato, foi dito aqui da tribuna - só no ano passado, pelos dados de que tenho conhecimento - muitos de Vossas Excelências devem ter recebido também -, pelo menos cinco mil pessoas não teriam acesso a permanecer, não entrar, mas a permanecer, e, inclusive, a poder realmente depois, em igualdade de

Supremo Tribunal Federal

RE 536.754 / MG

condições, ter acesso às oportunidades na vida profissional, não fossem exatamente esses dados.

Razão pela qual considero compatível com a Constituição e dou provimento ao recurso pedindo as vênias evidentemente a Vossas Excelências

#

13/08/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Sr. Presidente, com a vênua dos Ministros Lewandowski e Carlos Alberto Direito, também dou provimento ao recurso e vou explicar por quê.

Estamos, no caso, decidindo no âmbito do controle difuso; portanto, não estamos apreciando a constitucionalidade de uma lei, até porque nem há lei. Estamos, na verdade, tratando de situações de fato, específicas, nas quais estou inteiramente convencido não haver taxa. Aliás, não há nem mesmo preço, porque não existe no caso uma obrigação; obrigação é vínculo que se instala no bojo de uma relação de intercâmbio na qual há uma contraprestação. E aqui não há contraprestação...

A SENHORA MINISTRA CARMEN LÚCIA - Vossa Excelência permite-me um aparte?

Apenas em achega e em apoio exatamente ao que Vossa Excelência acaba de dizer, não se paga a mesma quantia, mas na medida da possibilidade de cada um em várias dessas universidades.

Muito obrigada pelo aparte.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Exatamente. Porque aí não há uma relação de intercâmbio. Não há contraprestação. Estamos aqui no domínio do que os autores que eu posso me lembrar de cabeça, desde Grotius, passando por Von Ihering até Túlio Ascarelli, chamam

RE 536.754 / MG

de relação de comunhão de escopo. A relação de comunhão de escopo, ao contrário da de intercâmbio, é aquela na qual o prejuízo de um é o prejuízo do outro. O benefício de um é o benefício do outro. Na relação de intercâmbio o meu prejuízo é o seu lucro: *mein schaden, sein gewinn*.

Aqui não há preço, aqui não há contraprestação, aqui não há taxa. Estou diante de uma contribuição fundada na solidariedade, visando à permanência do aluno na Universidade, o que é inteiramente compatível com o art. 206, inciso I. Fundada no texto desse inciso I do art. 206 e desdobrada, essa contribuição, no bojo da relação de comunhão de escopo, de regra contida no art. 205 da Constituição, segundo a qual a educação "... será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade..."


Sr. Presidente, humildemente, com muita humildade quero reafirmar a minha sensibilidade ao social, expressa na minha história, da qual ninguém há de duvidar. Diria - em nome dessa sensibilidade e porque nós nunca interpretamos apenas o texto da Constituição formal, mas interpretamos também a Constituição material, a realidade - da constitucionalidade dessa contribuição. Afirmaria, em nome dessa sensibilidade ao social e da minha visão da constituição material - aqui eu me refiro à constituição da sociedade, hegelianamente - sensibilidade que recusa a seleção dos valores da Universidade segundo critérios de renda per capita, com apoio nos preceitos contemplados do art. 205 e do art. 206, inciso I da Constituição, afirmaria a constitucionalidade da cobrança de que se cuida. Aqui não há cobrança, nem de preço, nem de taxa. Diria que aqui temos uma contribuição instalada no bojo de uma relação de comunhão de escopo, que viabiliza a permanência de alunos carentes na Universidade.

Permitam-me insistir que aqui apreciamos situação de fato nas quais o produto da contribuição de matrícula custeia a

RE 536.754 / MG

permanência de alunos carentes da Universidade. Conheço, embora de longe, a história da Universidade Federal de Minas Gerais e da Fundação Mendes Pimentel e sei da quantidade de alunos carentes que podem estar na Universidade, hoje, exatamente porque recebem um apoio a sua permanência lá, custeada, financiada pela arrecadação solidária, como eu disse, dessa contribuição.

Por isso, Sr. Presidente, peço vênias para aderir à divergência instalada pela Ministra Cármen Lúcia e dar provimento aos recursos.



13/08/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAISV O T O

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Sr. Presidente, como estamos vendo, temos duas correntes de opinião bem delineadas, ambas fundamentando seus pontos de vista com muita propriedade, muita tecnicidade. Mas peço vênica à divergência para acompanhar o Ministro Carlos Alberto Direito.

O Ministro Ricardo Lewandowski, no primoroso voto - faço questão de dizer -, situou o tema da educação no campo mais abrangente do direito social, falando, com toda propriedade, de direito de crédito contra o Estado e contra a sociedade ao mesmo tempo. Ou seja, direito social ou direitos sociais que se viabilizam pelas chamadas ações distributivistas de riqueza, de patrimônio, de bens materiais. Por isso Sua Excelência fez remissão ao artigo 6º da Constituição, que fala da educação como o primeiro dos direitos sociais. O primeiro dos direitos sociais é a educação, nos termos do artigo 6º da Constituição.

Depois Sua Excelência se aloca, ou se situa, bem focadamente no capítulo próprio que a Constituição abriu para cuidar da educação, da cultura e do desporto. E na Seção aberta para o tema específico da educação, Sua Excelência, no que foi secundado pelo Ministro Carlos Alberto Direito, trabalhou com o princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. É o inciso IV do art. 206:

"Art.206.
(...)
IV - gratuidade do ensino público em
estabelecimentos oficiais."



Assim chamado de princípio, esse inciso de nº IV, pela cabeça do artigo 206, é vetor interpretativo do artigo 208. Porque o artigo 208 veicula regras ou preceitos. O artigo 206 veicula princípios. Princípio é norma, todos nós sabemos; aliás é supernorma. É ele que assegura a eficácia da Constituição Federal com muito mais força. Eu não sei como superar essa proclamação tão enfática de que a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais é um princípio regente de toda a atividade educacional, toda a atividade de ensino.

Aqui, o que discutimos é "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", visto que cobrar taxa de matrícula - vamos chamar taxa ainda que atecnicamente -, diz com a possibilidade de ingresso no ensino superior, que é o tema objeto do presente RE.

Penso que, quando a Constituição diz "igualdade de condições para o acesso...", exige uma interpretação que se traduza no seguinte juízo: aqui, a igualdade de condições não está em cobrar de todos, está em não cobrar de ninguém. Porque, se cobrar de todos para depois assegurar a gratuidade na permanência, já depois da matrícula e da aprovação no concurso vestibular, ora, muitos deixaram de fazer o vestibular, uma vez que matricular e, por consequência, fazer o vestibular porque não tiveram condições de superar a barreira material da cobrança, da chamada taxa. Quer dizer, muitos ficaram do lado de fora.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Ministro, Vossa Excelência permite-me um aparte? Desculpe-me, estou reiterando.

É que essas chamadas taxas não são cobradas. Aliás, o Supremo já se manifestou sobre aqueles que não podem pagar. Só para chamar a atenção.



RE 536.754 / MG

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Parece que não é o caso dos autos. Nos autos, está se reclamando pela cobrança indistinta de taxas de matrícula.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Cada situação é diferente. Na verdade, eu englobei os vários argumentos. Alguns destinam as taxas a estudantes carentes.

A minha tese fundamental é que a Constituição já destina 18% dos recursos decorrentes dos impostos a essa finalidade. Interpretando-se esse dispositivo constitucional que obriga esta aplicação de 18% da receita proveniente de impostos com o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases, eu estou apresentando a esse Egrégio Plenário exatamente o argumento de que essas despesas com os alunos carentes destinadas a bolsas, transportes, alimentação já estão contempladas nesses 18%. Quero aproveitar o ensejo para manifestar a minha preocupação de que o Supremo Tribunal Federal, na medida em que permita, com base no princípio da solidariedade ou qualquer outro, que as centenas de universidades federais e públicas existentes no Brasil, estaduais e até municipais, estabeleçam, com base num critério *ad hoc*, quer dizer, discricionariamente, quiçá até arbitrariamente, em cada caso, quem é que deve pagar as matrículas ou, eventualmente, enfim, outra exação que seja cobrada dos estudantes. Isso me parece introduziria, no sistema do ensino brasileiro, sobretudo no ensino público, o mais absoluto caos.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Vossa Excelência me permite uma brevíssima observação? Só insisti que nós não estamos no controle concentrado.



RE 536.754 / MG

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) -
Desculpe, mas, quando nós reconhecemos a repercussão geral nós
estamos discutindo uma questão constitucional.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Sim, não há problema.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - A
questão constitucional é que está em discussão.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Perdoe-me, mas
seguramente é uma questão constitucional.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - É
claro, porque ela deriva de um processo subjetivo, mas o fulcro, o
cerne do debate é a questão constitucional.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU: - Sem dúvida que é uma
questão constitucional, por isso nós estamos aqui. Agora, no caso da
Universidade Federal de Minas Gerais, eu sei perfeitamente que só
paga quem pode. E mais: eu sei perfeitamente que isso é destinado ao
custeio de alunos carentes, que seguramente não receberiam da
Universidade esse custeio por conta de ação própria da Universidade.
É só esse detalhe, Ministro Carlos Britto, que eu queria colocar
pois me parece muito importante dadas as circunstâncias do caso.
Perdoe.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Foi ótima a
intervenção de Vossa Excelência, como de hábito.

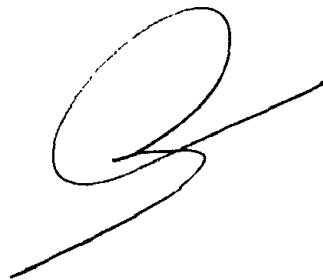
Eu vou terminar fazendo uma associação de idéias entre
o inciso IV e o inciso I do artigo 206.



O inciso IV, ao assentar a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, com essas letras: "gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais". Em verdade ele foi coerente com o inciso I, porque no inciso I o que se consagrou foi o princípio da universalidade. Quando a Constituição disse "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", para mim consagrou o princípio da universalidade, que exigiria então o que vem no inciso IV: a cláusula da gratuidade.

Enfim, como última observação, é de lembrar que uma das competências materiais do Estado, figurante do artigo 23 da Constituição, é explicitamente a de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência. No caso de proporcionar os meios de acesso à educação, também me parece que é exigente de uma interpretação bem evidente. Qual é? É a de que, quando o estabelecimento é público, o proporcionar os meios de acesso diz com a gratuidade desse acesso. Ou seja, ao menos quando o estabelecimento for público não se cobra nada para que o Estado possa se desincumbir melhor dessa competência material, que é simultaneamente um dever de proporcionar o respectivo meio de acesso.

De toda maneira, ressalvo as belíssimas intervenções dos Ministros Eros Grau e Cármen Lúcia, porém peço vênias a Suas Excelências para perfilhar o entendimento do Ministro-Relator, Ricardo Lewandowski, no sentido, portanto, de desprover o RE.



13/08/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS

VOTO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO – Senhor Presidente, também peço vênua à divergência, não sem acentuar o brilhantismo dos argumentos que deduz, mas peço licença para dizer que a mim me parece implícito, senão até explícito, que o que está por trás do pensamento divergente é interpretação que supõe uma carência financeira do Estado para aplicar, nas universidades públicas, os recursos que a Constituição lhe impõe. E, como tal, abre logo discussão sobre a necessidade de prova dessa incapacidade pressuposta ao Estado, coisa difícil de admitir num contexto histórico marcado pela voracidade do fisco, cuja arrecadação tem aumentado de forma notavelmente extraordinária, independentemente da alteração das alíquotas e da mudança substancial do sistema de tributos. O Estado só se escusaria de aplicaria no ensino os recursos que a Constituição lhe impõe como mínimo, se ficasse demonstrado que não tem o que aplicar.

Mas não me parece seja o caso específico da universidade de que se trata. Não há nem sequer referência a uma incapacidade financeira dessa universidade para atender às finalidades a que a cobrança da taxa se destinaria.

Por outro lado - como já foi acentuado, não apenas pelo eminente Relator, mas também pelos votos dos Ministros Menezes Direito e



RE 536.754 / MG

Ministro Carlos Britto -, a importância constitucional ao direito social à educação, como um dos mais relevantes como condição básica para exercício concreto de cidadania, leva-me a pensar que a interpretação do art. 206, IV, que introduz um princípio, nunca pode ser restritiva, devendo, antes, ser sempre generosa. Daí, esse princípio deve ser entendido no significado mais amplo possível.

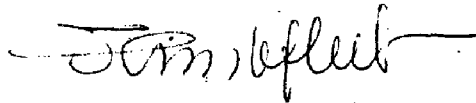
Ora, no caso, que trata de sua cobrança, o condicionamento de uma taxa para efeito de inscrição no vestibular ou para efeito de matrícula, a meu ver, é restrição clara ao princípio. Por quê? Porque tanto a inscrição no vestibular, como a matrícula são requisitos necessários de exercício do direito de acesso à gratuidade do ensino. Noutras palavras, se a pessoa não tem condições econômicas para inscrever-se no vestibular ou para matricular-se, evidentemente não pode exercer o direito que a Constituição lhe assegura como um dos mais relevantes do ponto de vista social. E a necessidade de distinguir entre pessoas que podem e pessoas que não podem, como notou o Ministro Ricardo Lewandowski, introduz, na questão do cumprimento desse princípio constitucional de grande envergadura, um problema prático muito grave: saber quem pode, quem não pode, quais os critérios e limites de definição, etc. E, mais: todos aqueles a que fosse negado o direito, por conta de impossibilidade de pagamento, teriam de recorrer ao Judiciário, para obter, em alguns casos, liminar, mas, em muitos outros, não se sabe quando conseguiriam ver garantido, mediante decisão jurisdicional, o exercício desse direito.

São estas as razões pelas quais - para ser bem breve -, peço vênua à ilustrada divergência para acompanhar integralmente o voto do Relator.

13/08/2008**TRIBUNAL PLENO****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS****V O T O**

A Sra. Ministra Ellen Gracie - Senhor Presidente, também peço vênias à divergência para acompanhar o brilhante voto do eminente Relator, porque entendo que esta decisão que o Tribunal hoje toma deve ser regida pelo princípio da gratuidade do ensino nas instituições oficiais, como quer a Constituição Federal.

Acompanho o voto do eminente Relator e nego provimento ao recurso.



13/08/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS

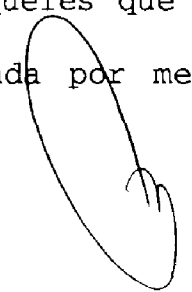
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, em uma situação concreta em que, sob a minha óptica, seria mais favorável a concluir-se pela possibilidade de cobrança, o Tribunal, em um processo objetivo, assentou constitucional lei do Estado prevendo a isenção quanto a estabelecimento de ensino, logicamente, estadual.

Compreendo as afirmações veiculadas pela ministra Cármen Lúcia e pelo ministro Eros Grau. Dizem respeito à feitura da justiça num ângulo até mesmo superior, para chegar-se à destinação do que arrecadado em termos de matrícula àqueles que se mostram realmente menos afortunados.

Tem-se discutido muito a gratuidade nas universidades públicas no Brasil e o fato de essa gratuidade acabar não atendendo à idéia básica que a fez surgir - justamente viabilizar o acesso dos que não podem cursar o nível superior sem prejuízo do próprio sustento e o da família.

Estamos aqui, porém, diante de preceito que encerra não apenas uma norma constitucional, mas muito mais, encerra um princípio, e o preceito se mostra linear.

Não temos como distinguir, considerado o objeto do que cobrado, para dizer-se que, no caso, a matrícula daqueles que já se credenciaram mediante o vestibular deve ser efetivada por meio de




RE 536.754 / MG

pagamento. O critério, o princípio é objetivo. A meu ver, não existe a possibilidade de caminhar-se para o meio-termo, muito menos distinguindo aqueles que passariam a não ser destinatários da norma constitucional.

Por isso, peço vênha aos colegas que divergiram do relator - cumprimento-o pelo bem fundamentado voto, também os votos que me antecederam nessa linha - para desprover o recurso. E repito que o Tribunal, numa situação concreta em que se discutia não a matrícula do aprovado no vestibular, mas a inscrição no próprio vestibular, assentou a gratuidade linear.

É como voto, desprovendo, portanto, os recursos. Ressalto que, entre esses recursos, há dois em que o instituto da repercussão geral se faz presente.



13/08/2008

TRIBUNAL PLENO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAISV O T O

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Ministro, se me permite um segundo, até pelo adiantado da hora, só para fazer uma observação que extraio do voto de Vossa Excelência.

Talvez seja preciso enfatizar, nessa quadra histórica, que a efetivação da Constituição é um compromisso de cada cidadão e de toda a sociedade e não apenas um dever do Estado.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Vossa Excelência, eminente Ministra CÁRMEN LÚCIA, tem plena razão quando destaca a alta responsabilidade político-social de todos os cidadãos da República e, por igual, da própria sociedade nacional no processo de concretização da Constituição do Brasil.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Porque sempre se pensa que a constituição vai ser efetivada principalmente quanto aos direitos chamados de segunda e de terceira dimensão pelo Estado com obrigações positivas. Não. Essa obrigação é de cada um de nós e é isso que eu extraio do que acaba de assegurar Vossa Excelência.

Supremo Tribunal Federal

RE 536.754 / MG

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: As palavras de Vossa Excelência conferem justa ênfase ao postulado da solidariedade social.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Que a Constituição contempla.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: ...E que reconhece como um dos objetivos fundamentais da República.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Que sociedade nós queremos?

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Uma sociedade aberta, tolerante, solidária e fraterna.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Uma sociedade individualista ou solidária?

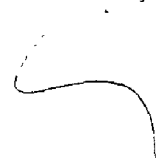
O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Decididamente solidária.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1 MINAS GERAIS**V O T O**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (PRESIDENTE) - Nós já temos seis votos no sentido, portanto, do desprovimento dos recursos. Todavia, também tenho voto na matéria.

Confesso, inicialmente, ter ficado em grande dificuldade diante do texto Constitucional, tal como posto no voto do eminente Ministro Lewandowski e também enfatizados nos votos dos Ministros Carlos Alberto Direito e Carlos Britto matéria que foi objeto de polêmica já no próprio processo. Todavia, os Ministros Cármen Lúcia, Eros Grau e, agora, o Ministro Celso de Mello trouxeram importantes considerações para demonstrar que a exigência da gratuidade do ensino não se mostra incompatível com a cobrança, ou a imposição de determinadas exações - o nome aqui pouco importa - que subsidiem a universidade na ampliação, inclusive na universalização, tanto quanto possível, na generalização do ensino superior, conhecedores eles que são das dificuldades por que passam essas instituições diante a insuficiência de recursos.

Se tivéssemos que julgar o caso isoladamente, não estivéssemos aqui neste contexto já de um recurso extraordinário objetivado, talvez fizesse outras considerações para desprover o recurso, considerando aspectos ligados ao princípio da legalidade, a dificuldades outras quanto à implementação do modelo de cobrança de



exação - o Ministro Ricardo Lewandowski demonstrou isso muito bem em seu voto, a dificuldade mesma de tipificar essas ações. Qual seria a natureza jurídica, como ela seria imposta, qual seria a disciplina? Isso cria um estado de perplexidade. Mas como nós, na verdade, já estamos a discutir o tema em tese, deixo de fazer esse tipo de consideração para entender também, com a minoria já formada, que há, sim, espaço constitucional para compatibilizar a idéia de gratuidade do ensino público com essas imposições que permitem às instituições universitárias subsidiar os mais carentes. Podíamos até eventualmente, se essa posição pudesse ou viesse a tornar-se majoritária, indicar as destinações eventuais desses recursos. Sabemos das dificuldades por que passam as instituições de ensino, por razões várias. O Ministro Cezar Peluso feriu esse tópico dizendo inclusive que não há segurança quanto a essa afirmação, por conta do sucesso arrecadatório existente atualmente. Mas o fato é que, no que concerne à distribuição dos recursos orçamentários, as universidades são extremamente carentes. E se nós que militamos na universidade pública levarmos em conta as condições hoje existentes, sabemos que a universidade pública é altamente excludente. Para tomar como exemplo, a minha faculdade de Direito da Universidade de Brasília recebe 50 alunos por semestre do curso de Direito; não mais do que 100 alunos por ano, portanto. Se considerarmos as vagas desse sistema seriado e as vagas do sistema vestibular, talvez no concurso universal vestibular haja um número de 30 ou 40 vagas - talvez não

cheguemos a isso. Portanto, trata-se de um modelo altamente restritivo e excludente, que demanda, na verdade, uma rediscussão. É um pouco o que as universidades vêm tentando fazer com a busca de recursos. A própria universidade busca recursos através dos órgãos de pesquisas, cooperação, convênios e tudo o mais.

Parece-me que teremos que realmente discutir o ensino gratuito porque ele se torna fortemente excludente. Fundamentalmente é uma ironia do nosso modelo. Somente aqueles que eventualmente passaram por todas as escolas privadas é que lograrão, depois, acesso via vestibular e poderão, então, chegar à escola pública, essas dotadas de conceito de excelência.

De modo que estou colocando isso - sei que é posição vencida na assentada - apenas para que nós estabeleçamos esse diálogo importante para nossa reflexão, tendo em vista os múltiplos passos que temos que dar na construção do constitucionalismo brasileiro. É importante, sem dúvida. E se estivéssemos a discutir aqui não na posição minoritária, mas na majoritária, teríamos que estabelecer lindes, limites. Certamente permitir-se o estabelecimento de uma taxa não significaria necessariamente permitir-se transformar a taxa de matrícula em mensalidade.

Sabemos das tensões hoje existentes nas universidades européias, algumas delas inclusive submetidas a esse regime da gratuidade, e Portugal, com uma regra específica. Lembro-me de que há algum tempo visitava a Universidade de Coimbra e lá não pude



realizar a palestra programada, uma vez que os estudantes haviam cerrado o portão da escola, estavam a fazer a chamada "greve das propinas" - assim chamada a contribuição que se cobra dos estudantes em Portugal. O texto em Portugal fala num alargamento progressivo de gratuidade de todos os graus de ensino. Canotilho, então, esgrime, aqui, com a maestria de sempre, a necessidade de uma concordância prática. Sabemos que essa tensão também existe em outras nações europeias.

É fundamental, então, que nós pensemos um pouco sobre esse assunto. Também confesso inicialmente a minha dificuldade de vencer essa expressão constante do artigo 206, IV. Mas subsidiado, estimulado com os argumentos aqui trazidos nos votos da Ministra Cármen Lúcia e dos Ministros Eros Grau e Celso de Mello, eu me animei a participar desse debate, colocando, porém, esta ressalva: fôssemos nós não vencidos, mas vencedores, certamente essa nossa sentença talvez merecesse algo de aditivo, porque há outros limites que precisariam ser observados. Mas eu também gostaria de participar do reconhecimento do belíssimo voto aqui proferido pelo Ministro Ricardo Lewandowski, que visitou toda a jurisprudência e a doutrina relevante sobre o tema de forma articulada e coordenada.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 536.754-1

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

RECTE.(S): UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

ADV.(A/S): PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

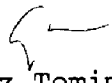
RECDO.(A/S): MILENA BATISTA DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): JOSÉ CARLOS GOBBI E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do relator, negou provimento ao recurso, vencidos a Senhora Ministra Cármen Lúcia, os Senhores Ministros Eros Grau, Celso de Mello e o Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 13.08.2008.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Carlos Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Menezes Direito.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza.


/l Luiz Tomimatsu
Secretário